



PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FORMOSA DO OESTE - PR

| 2026
2029 |

Dados Municipais

Município: Formosa do Oeste-pr
Porte Populacional: Pequeno Porte I
Período de Execução: 2026-2029
Nível de Gestão do SUAS: Gestão Básica

Dados da Prefeitura Municipal

Nome do Prefeito: Orivaldo Municelli.
Vigência do Mandato: 2025 - 2028
RG nº 486.468-6
CPF nº 031.177.709-09
Endereço da Prefeitura: Av. Severiano Bonfim dos Santos, 111 - Centro
CEP: 85830-000
Telefone: (44) 3526-8350
Endereço Eletrônico: contato@formasadooeste.pr.gov.br

Dados do Órgão Gestor da Política de Assistência Social

Nome do Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Assistência Social
Número da lei de criação do órgão: Lei Complementar nº 41/2018
Data criação: 29/06/2018
Responsável: Neiva Neth Municelli
Endereço: Rua Sergipe nº 41 - Centro - CEP: 85830-000
Telefone: (44) 9 9125-4273
E-mail: orgaogestorformasadooeste@hotmail.com

Dados do Fundo Municipal de Assistência Social

Nº da Lei de criação: 813/2016
Endereço: Avenida Severiano Bonfim dos Santos nº111
Nome do Gestor: Neiva Neth Municelli

Organograma da Secretaria Municipal de Assistência Social

Nome da Secretária de Assistência Social: Neiva Neth Muncelli
Cadastro Único: Josiane Fonseca de Jesus
Proteção Social Especial: Antônio Carlos dos Santos
Assessor de Planejamento e Gestão da Secretaria de Assistência Social: Dione Fernando Domingos de Aguiar

Dados do Conselho Municipal de Assistência Social

Nº da Lei de Criação: 813/2016

Data criação: 11/08/2016

Endereço CMAS: Rua Sergipe, nº 41. CEP: 85.830-000

Telefone: (44) 99125-4273/3526-8375

E-mail: orgaogestorformosadooeste@hotmail.com

Nome do Presidente: Maria Graciela Alves de Lima

Nome do Secretário executivo: Rafael Paião de Oliveira

Nº total de membros: 12 (doze) membros titulares de maneira paritária e seus respectivos suplentes.

Representantes Governamentais:

Nome	Representatividade	Titularidade
Rosiléia Lobo Penido	Secretaria de Administração	Titular
Giovani Augusto Piovan	Secretaria de Administração	Suplente
Maria Graciela Alves de Lima	Secretaria de Assistência Social	Titular
Dione Fernando Domingos de Aguiar	Secretaria de Assistência Social	Suplente
Juliana Cátia Tamparowski de Oliveira	Secretaria de Educação	Titular
Idemar Junior Guerreiro Dias Pereira	Secretaria de Educação	Suplente
Maria Helena Buhala Ferreira	Secretaria de Esporte e Lazer	Titular
Luiz Carlos Domingos de Aguiar	Secretaria de Esporte e Lazer	Suplente
Danieli Marciano Perez Gonçalves	Secretaria de Finanças	Titular
Bruno Felipe Almeida Reggiani	Secretaria de Finanças	Suplente
Daiana Rissato Ribeiro	Secretaria de Saúde	Titular
Josiane Silva Azeredo Vitorino	Secretaria de Saúde	Suplente

Representantes Não Governamentais:

Nome	Representatividade	Titularidade
Geraldo de Moraes Correia	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE	Titular
Natalia Xavier de Queiroz Duda	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE	Suplente
Franciele Cristina Oliveira	Instituto Santa Isabel	Titular
Izabel Cristina Stort Candido	Instituto Santa Isabel	Suplente
Gilda de Barros de Oliveira	Organizações dos usuários	Titular
Nadir Mattos Volpato	Organizações dos usuários	Suplente
Maria Pereira Dias	Organizações dos usuários	Titular
Renilda da Cruz Souza	Organizações dos usuários	Suplente
Jessica de Oliveira Gambini	Trabalhadores do Setor	Titular
Vania Cristina Biló dos Santos	Trabalhadores do Setor	Suplente
Neiva Neth Municelli	Trabalhadores do Setor	Titular
Kelly Suzany Vialta da Silva	Trabalhadores do Setor	Suplente

Assessoria Responsável pela Elaboração:

Baggio e Barboza Assessoria e Consultoria
Rua Thereza Bertolini 3954
CEP:87.5501-150 – Umuarama-PR

Diagramação e Projeto Gráfico:

Rodrigo de Oliveira Sandri

LISTA DE SIGLAS

- APAE** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
- BPC** - Benefício de Prestação Continuada
- CadSUAS** - Sistema de Cadastro do Sistema Único de Assistência Social
- CadÚnico** - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
- CMAS** - Conselho Municipal de Assistência Social
- CRAS** - Centro de Referência de Assistência Social
- SUAS** - Sistema Único de Assistência Social
- FMAS** - Fundo Municipal de Assistência Social
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDH-M** - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
- LDO** - Lei de Diretrizes Orçamentárias
- LOA** - Lei Orçamentária Anual
- LOAS** - Lei Orgânica da Assistência Social
- NOB/SUAS** - Norma Operacional Básica do SUAS
- PAIF** - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
- PBF** - Programa Bolsa Família
- PIB** - Produto Interno Bruto
- PNAS** - Política Nacional de Assistência Social
- PPA** - Plano Plurianual
- PR** - Paraná
- PSB** - Proteção Social Básica
- PSE** - Proteção Social Especial
- RMA** - Registro Mensal de Atendimentos
- SCFV** - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos



Lista de Figuras

Figura 1 – Distribuição da população por setores censitários urbanos e rurais no município de Formosa do Oeste – PR.....	12
Figura 2 - Distribuição dos beneficiários de programas de transferência de renda (Bolsa Família e BPC).....	22
Figura 3 – CRAS.....	29

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Proporção da população inscrita no Cadastro Único em relação à população total do município.....	14
Gráfico 2 – Pirâmide etária: população masculina e feminina - Formosa do Oeste – PR.....	15
Gráfico 3 – Distribuição das famílias inscritas no Cadastro Único por faixa de renda. Formosa do Oeste – PR, 2026.....	17
Gráfico 4 – Tipos de esgotamento sanitário nos domicílios do município de Formosa do Oeste - 2026.....	23
Gráfico 5 - Principais situações acompanhadas pela Proteção Social Especial em Formosa do Oeste – PR, 2025.....	34

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Distribuição das famílias inscritas no Cadastro Único por faixa de renda. Formosa do Oeste – PR, 2026.....	19
Tabela 2 – Ranking dos bairros com maior concentração de famílias por faixa de renda. Formosa do Oeste – PR, 2026.....	20
Tabela 3 - Composição da equipe do Órgão Gestor de Formosa do Oeste – PR, 2026.....	28
Tabela 4 - Composição da equipe do CRAS de Formosa do Oeste – PR, 2026.....	30
Tabela 5 – Número de usuários atendidos pela Proteção Social Básica em Formosa do Oeste – PR, 2025.....	31
Tabela 6 - Composição da Equipe do Órgão Gestor de Formosa do Oeste – 2026.....	33
Tabela 7 - Composição da Equipe da Proteção Social Especial de Formosa do Oeste – 2026....	36
Tabela 8 - Composição da Rede Socioassistencial de Formosa do Oeste – 2026.....	37
Tabela 9 - Demonstrativo dos recursos destinados à Política Municipal de Assistência Social – Exercício 2026.....	38

Sumário

Apresentação	8
1. Metodologia utilizada para elaboração do plano	10
2. Diagnóstico socioterritorial do município	11
3. A Política de Assistência Social em Formosa do Oeste - PR	26
3.1 Estrutura de Gestão e Organização do SUAS	27
3.2 Órgão Gestor	27
3.2.1 Proteção Social Básica (PSB)	28
3.2.2 Proteção Social Especial (PSE)	33
3.2.3 Proteção Social Especial de Alta Complexidade	35
3.3 Rede Socioassistencial	36
3.4 Financiamento	37
4. Diretrizes da Política de Assistência Social	39
5. Objetivos	40
6. Metas Quadriênio 2026 - 2029	41
7. Monitoramento e avaliação	49
Oficina Participativa - Fotos	51
REFERÊNCIAS	52



APRESENTAÇÃO

A Secretaria Municipal de Assistência Social de Formosa do Oeste - PR, órgão gestor da Política de Assistência Social no município, em conjunto com o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, apresentam o Plano Municipal de Assistência Social para o quadriênio 2026–2029, instrumento fundamental de planejamento, organização e execução das ações socioassistenciais no âmbito local.

Este Plano está orientado pelas normativas que regem a política de Assistência Social no Brasil, com destaque para a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993), a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004) e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS (2012), que estabelecem a Assistência Social como direito do cidadão e dever do Estado, assegurando proteção social às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social.

Conforme preconiza a NOB/SUAS, o Plano Municipal de Assistência Social constitui-se como instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e orienta a execução da política pública no território, definindo diretrizes, objetivos, metas e ações para a garantia das seguranças socioassistenciais de renda, acolhida e convivência familiar e comunitária.

A elaboração deste Plano considerou as especificidades do município de Formosa do Oeste, caracterizado como município de pequeno porte I, com população reduzida e território com vulnerabilidades sociais distribuídas de forma dispersa. Essa realidade impõe desafios próprios à gestão da política, exigindo estratégias pautadas na proximidade com as famílias, na busca ativa e no fortalecimento da Proteção Social Básica (PSB), tendo o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS como principal equipamento público de referência.

O processo de construção do Plano buscou contemplar a participação dos diversos atores envolvidos na Política de Assistência Social, incluindo trabalhadores do SUAS, gestão municipal e o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), incorporando também as deliberações das conferências municipais.

Este Plano está articulado aos instrumentos de planejamento e orçamento público, em especial ao Plano Plurianual (PPA), à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e à Lei Orçamentária Anual (LOA), assegurando a integração entre planejamento e execução das ações, bem como a previsão de recursos necessários à sua implementação.

Dessa forma, o Plano Municipal de Assistência Social 2026–2029 reafirma o compromisso do município de Formosa do Oeste com a consolidação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, buscando qualificar a oferta de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, ampliar o acesso da população aos seus direitos e fortalecer a rede de proteção social, contribuindo para a redução das vulnerabilidades e para a promoção da cidadania.

A execução do Plano será acompanhada de forma contínua, por meio de processos de monitoramento e avaliação, permitindo o redirecionamento das ações sempre que necessário, garantindo maior efetividade na resposta às demandas sociais do município.

METODOLOGIA UTILIZADA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO

1.

A elaboração do Plano Municipal de Assistência Social foi conduzida a partir de um processo metodológico estruturado em etapas complementares, articulando análise de dados, escuta qualificada dos atores da política e construção coletiva do planejamento, em consonância com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Inicialmente, realizou-se o levantamento e a sistematização de dados secundários provenientes de bases oficiais, com destaque para o Cadastro Único para Programas Sociais, o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os registros da Rede SUAS. Essa etapa possibilitou a construção do diagnóstico socioterritorial, com identificação das principais expressões da vulnerabilidade social no município, considerando aspectos econômicos, demográficos e territoriais.

Na sequência, desenvolveu-se a etapa participativa, por meio da realização de oficinas e grupos focais presenciais com trabalhadores do SUAS, gestores, representantes do controle social, instituições da rede socioassistencial e usuários da Política de Assistência Social. Participaram desse processo profissionais vinculados ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), ao Órgão Gestor, ao Cadastro Único, ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), além de instituições parceiras, como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), e membros do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

As atividades foram conduzidas com base em metodologias participativas, incluindo a análise crítica do Plano Municipal de Assistência Social vigente (2022–2025) e a utilização da técnica do “Mapa Falado”, que possibilitou a leitura do território a partir da experiência dos trabalhadores e do conhecimento acumulado pelos serviços, além da vivência dos usuários que residem nos territórios. Essas abordagens dialogam com a perspectiva qualitativa de pesquisa social, que, Minayo (2014), valoriza a compreensão da realidade a partir dos sujeitos e de suas práticas, reconhecendo o caráter histórico, social e relacional dos fenômenos investigados. Nesse sentido, a escuta qualificada dos atores sociais constitui elemento central para a apreensão das dinâmicas territoriais e das expressões da questão social.

Esses instrumentos favoreceram a identificação de fragilidades, potencialidades e demandas emergentes, contribuindo para a qualificação do diagnóstico.

A partir da integração entre os dados quantitativos e as informações qualitativas produzidas nas oficinas, procedeu-se à construção das diretrizes e objetivos do plano, bem como à definição de ações, metas, prazos e indicadores de monitoramento. Esse processo garantiu maior aderência entre o diagnóstico socioterritorial e o planejamento das ações, assegurando que as propostas elaboradas estejam alinhadas às necessidades concretas da população e às especificidades dos territórios.



DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL DO MUNICÍPIO 2.

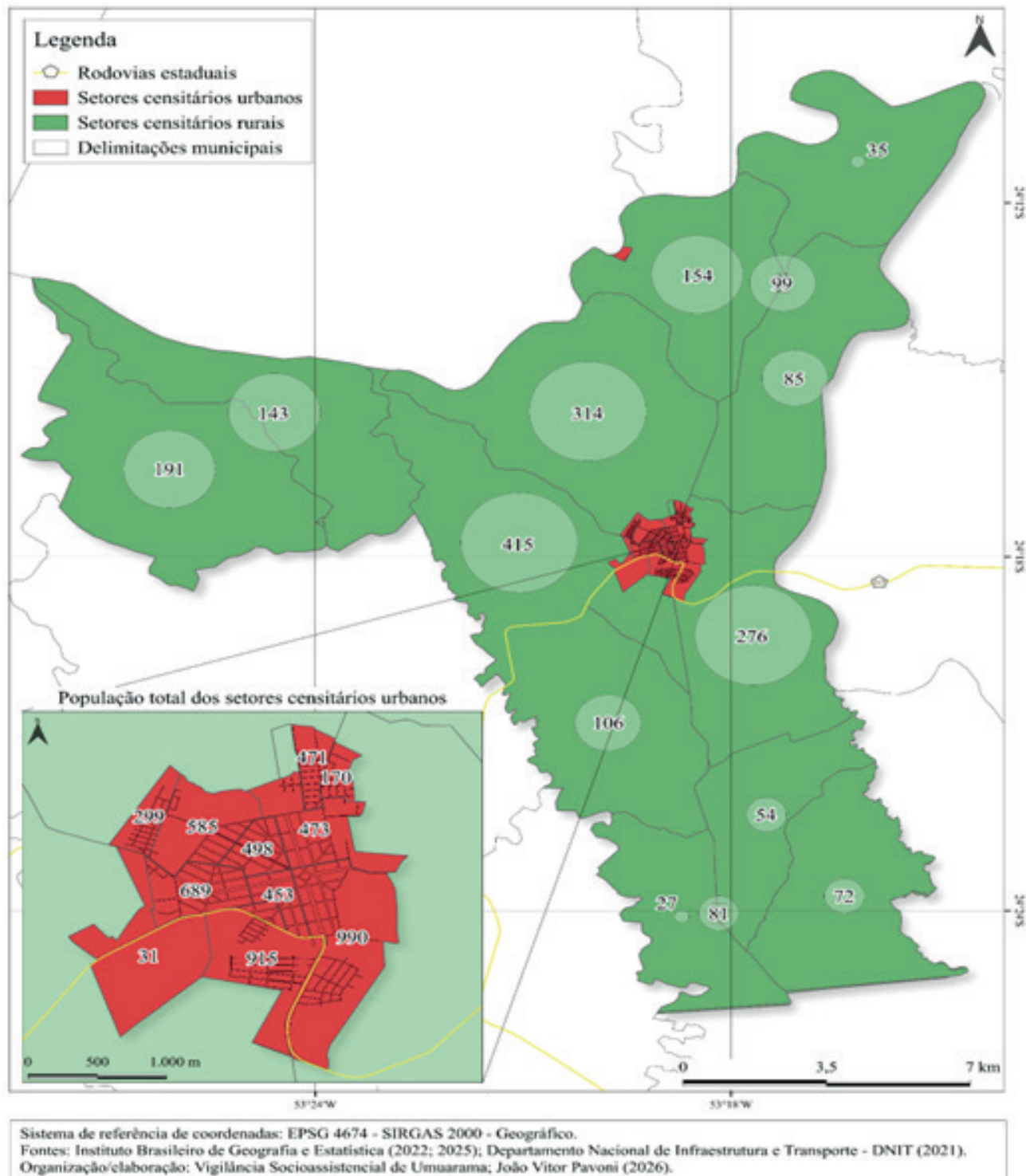
O município de Formosa do Oeste, localizado na região Oeste do estado do Paraná, caracteriza-se como município de pequeno porte I, condição que influencia diretamente a organização da oferta das políticas públicas, especialmente no campo da Assistência Social. Segundo dados do Censo Demográfico de 2022, o município possui população de 7.635 habitantes, com estimativa de 7.763 habitantes para o ano de 2026, distribuídos em um território de 275,651 km², com densidade demográfica de 27,67 habitantes por km².

A configuração territorial revela predominância da população residente em área urbana, que concentra 73,01% dos habitantes, sem, contudo, descaracterizar a relevância da população rural. Essa distribuição espacial, marcada pela dispersão territorial das famílias e pela baixa densidade demográfica em extensas áreas do município, impõe desafios à implementação de políticas públicas.

Conforme demonstrado na Figura 1, observa-se significativa concentração populacional na área urbana central do município, enquanto os setores censitários rurais apresentam distribuição populacional mais dispersa e heterogênea. Essa configuração territorial demanda estratégias de gestão e planejamento que considerem

as especificidades do território, especialmente no que se refere às dificuldades de deslocamento, acesso aos serviços públicos e acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade social residentes na zona rural.

Figura 1 – Distribuição da população por setores censitários urbanos e rurais no município de Formosa do Oeste – PR



Fonte: IBGE (2026)

A Figura 1 permite observar que a configuração territorial do município possui implicações diretas para a organização da Política de Assistência Social, especialmente no âmbito da Proteção Social Básica (PSB). A concentração populacional na área urbana tende a favorecer maior proximidade dos usuários em relação aos serviços ofertados pelo CRAS, ao Cadastro Único e às demais ações socioassistenciais desenvolvidas no município. Entretanto, a dispersão da população residente em áreas rurais evidencia a necessidade de estratégias específicas de alcance e acompanhamento dessas famílias, considerando limitações relacionadas ao deslocamento, à distância territorial e, em muitos casos, ao acesso reduzido a serviços públicos e políticas sociais.

Nesse contexto, a leitura socioterritorial torna-se fundamental, sobretudo em municípios de pequeno porte, como Formosa do Oeste, subsidiando estratégias de prevenção, fortalecimento de vínculos e ampliação do acesso das famílias aos serviços, programas e benefícios socioassistenciais. Ao mesmo tempo, a dispersão territorial pode constituir fator de agravamento das vulnerabilidades sociais, especialmente em situações associadas à pobreza, isolamento social, fragilização de vínculos comunitários e dificuldades de acesso a direitos sociais básicos.

No campo socioeconômico, o município apresentou, em 2023, Produto Interno Bruto (PIB) per capita de R\$53.117,03 e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,723, indicando um patamar intermediário de desenvolvimento. Entretanto, a análise desses indicadores agregados não permite apreender as desigualdades internas ao território, uma vez que tais medidas tendem a ocultar as disparidades existentes entre diferentes grupos populacionais e áreas do município.

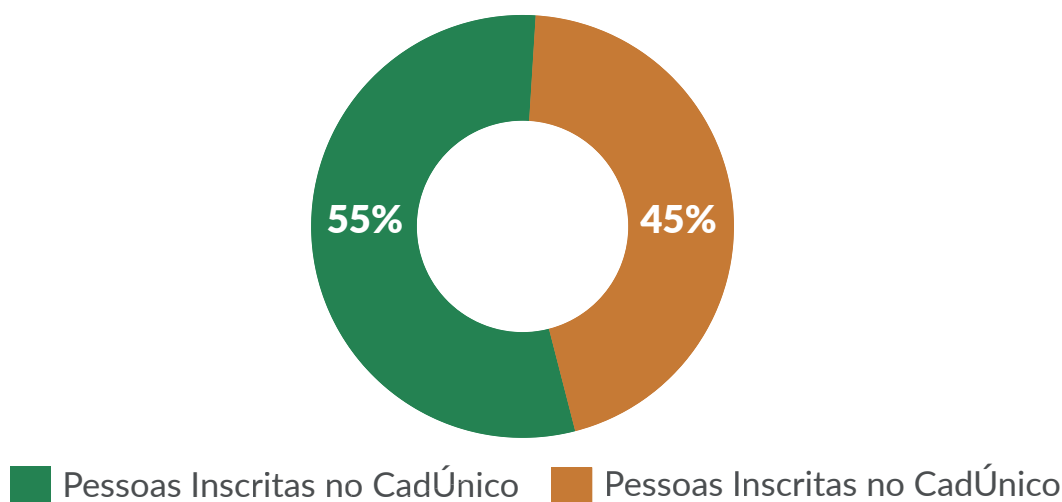
Dessa forma, a compreensão da realidade socioeconômica local exige uma abordagem que incorpore a dimensão territorial das vulnerabilidades, permitindo evidenciar a coexistência de áreas com maior dinamismo econômico e de territórios marcados por condições de pobreza, precariedade habitacional e acesso restrito a serviços públicos. Nesse contexto, o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal constitui-se como instrumento fundamental para o aprofundamento dessa leitura, ao possibilitar a identificação e caracterização das famílias em situação de vulnerabilidade social.

Em março de 2026, o município contabiliza aproximadamente 1.327 famílias cadastradas no Cadastro Único, totalizando 3.432 pessoas inscritas, o que corresponde a cerca de 45% da população municipal.

A interpretação desse dado deve considerar as especificidades da dinâmica local de utilização do Cadastro Único. Conforme informado pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social, a inscrição no Cadastro Único é utilizada pelo município como requisito para acesso às vagas na creche e na educação infantil municipal, o que contribui para a ampliação da cobertura cadastral para além do público tradicionalmente vinculado aos programas sociais.

Nesse sentido, observa-se que a utilização do Cadastro Único como instrumento administrativo mais abrangente tende a ampliar significativamente o número de famílias cadastradas, relativizando parcialmente sua função original como indicador direto de vulnerabilidade social. Ainda assim, o elevado quantitativo de pessoas inseridas na base cadastral evidencia a centralidade do Cadastro Único como instrumento de identificação, planejamento e acompanhamento das condições socioeconômicas da população, possibilitando ao poder público maior capacidade de leitura territorial das vulnerabilidades presentes no município.

Gráfico 1 – Proporção da população inscrita no Cadastro Único em relação à população total do município



Fonte: Cadastro Único, Março de 2026.

Organização: Janaína C. Barboza

Apesar da ampliação da cobertura cadastral decorrente das estratégias adotadas pelo município, os dados demonstram que o Cadastro Único permanece como importante instrumento para compreensão da realidade socioeconômica local, especialmente por permitir identificar famílias em situação de pobreza, baixa renda e vulnerabilidade social.

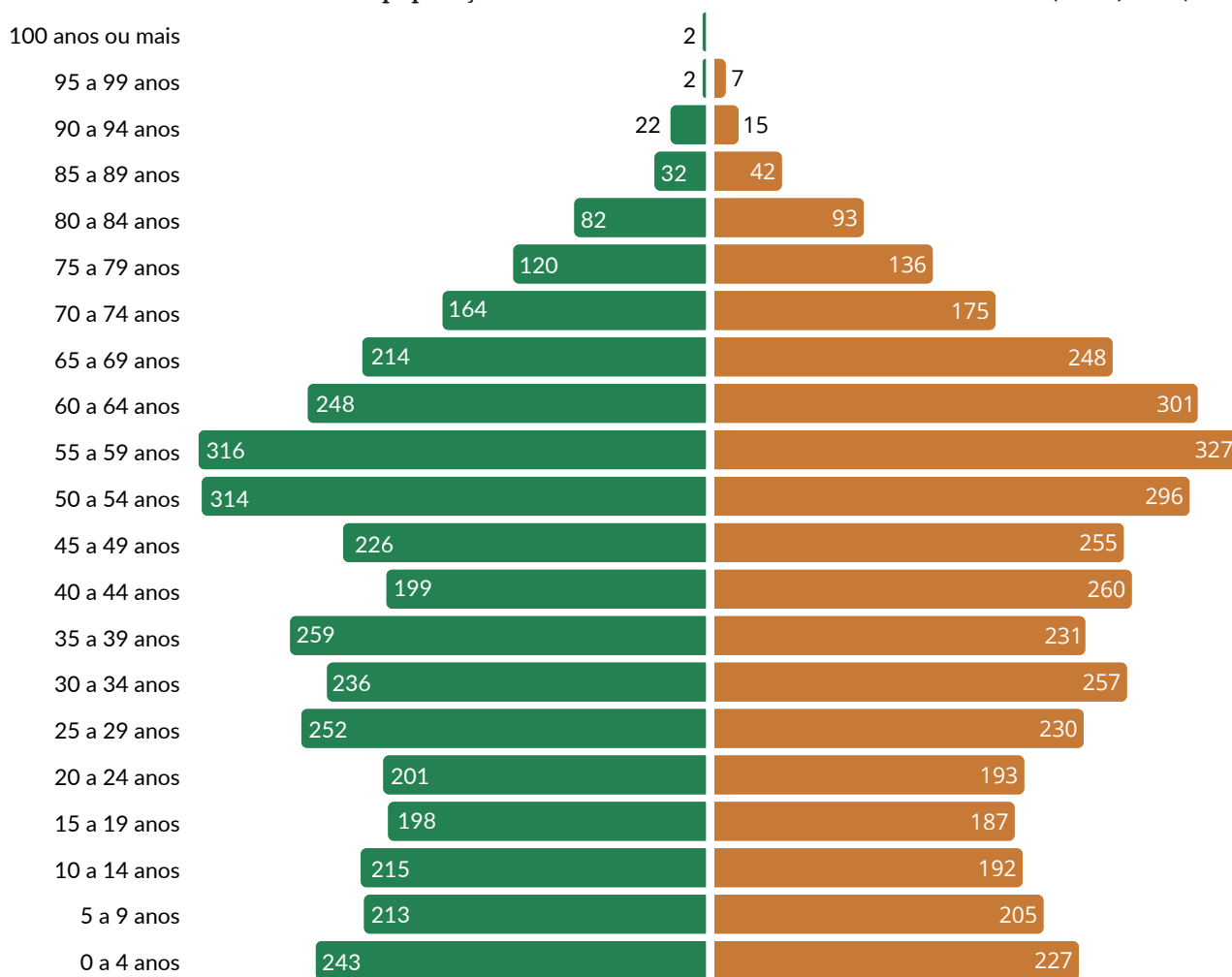
Em consonância com a distribuição populacional evidenciada pelo Censo Demográfico de 2022, observa-se, entre as famílias inscritas no Cadastro Único, a predominância de domicílios situados na área urbana, que concentram 1.102 famílias,

correspondendo a aproximadamente 83,0% do total cadastrado. Por sua vez, a área rural reúne 225 famílias, representando cerca de 17,0% das famílias inscritas.

Essa característica territorial produz implicações diretas para a implementação da política de assistência social, especialmente no que se refere à garantia de acesso da população aos serviços socioassistenciais, à cobertura dos equipamentos públicos e à efetividade das estratégias de busca ativa, exigindo da gestão municipal a adoção de práticas territorializadas e adaptadas às especificidades locais.

A análise da estrutura demográfica do município, com base nos dados do Censo Demográfico de 2022 (IBGE), evidencia predominância da população adulta, acompanhada por um contingente expressivo de pessoas idosas, e participação proporcionalmente menor das faixas etárias mais jovens.

Gráfico 2 – Pirâmide etária: população masculina e feminina - Formosa do Oeste – PR (IBGE, 2022).



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Censo Demográfico, 2022.
Organização: Janaína C. Barboza

A leitura da pirâmide etária indica um processo de transição demográfica no município, caracterizada pela redução relativa das faixas etárias mais jovens e pelo aumento da participação da população idosa, fenômeno observado em diversos municípios brasileiros de pequeno porte. Essa dinâmica é corroborada pelo índice de envelhecimento, que alcança 146,95, indicando a existência de aproximadamente 147 pessoas com 60 anos ou mais para cada 100 pessoas de até 14 anos. Essa configuração demográfica sugere transformações nos arranjos familiares e impõe novas demandas às políticas públicas, especialmente no que se refere à organização dos serviços e à ampliação das estratégias de proteção social, com destaque para as áreas de saúde, assistência social e atenção à pessoa idosa.

Destaca-se, ainda, a maior presença feminina nas faixas etárias mais elevadas, o que evidencia o processo de feminização da velhice, associado à maior expectativa de vida das mulheres. Esse aspecto possui implicações relevantes para a Política de Assistência Social, sobretudo no que se refere às demandas por cuidado, proteção social continuada e apoio às famílias.

No que se refere à distribuição da população por sexo, observa-se relativo equilíbrio entre homens e mulheres no município, com leve predominância feminina. Conforme dados do Censo Demográfico de 2022, a população feminina totaliza 3.877 pessoas, enquanto a masculina corresponde a 3.758, o que resulta em uma razão de sexo de 96,93 homens para cada 100 mulheres. Esse padrão reforça a tendência já observada na estrutura etária, especialmente no que se refere à maior presença feminina nas faixas etárias mais elevadas.

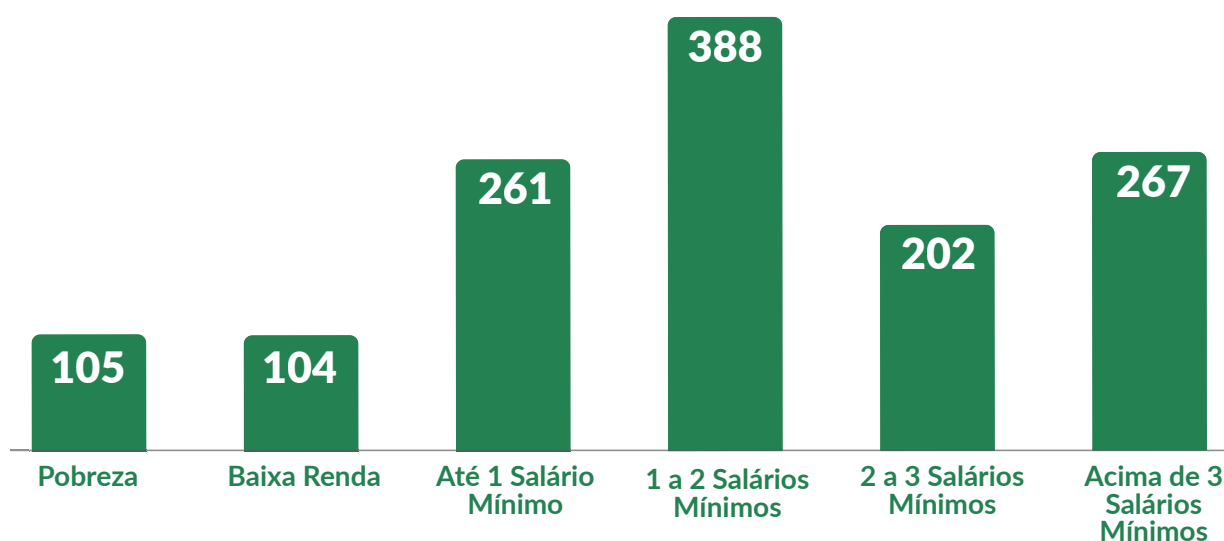
Enquanto a composição por cor ou raça, observa-se nos dados do (IBGE 2022) predominância da população que se autodeclara branca, totalizando 5.578 pessoas, seguida pela população parda, com 1.817 pessoas, enquanto os demais grupos apresentam participação menos expressiva. Ainda que esse perfil reflita características regionais, a análise dessa variável permanece relevante, considerando que, no contexto brasileiro, aspectos raciais estão historicamente associados a desigualdades no acesso a direitos e oportunidades.

No que se refere ao trabalho e à renda, os dados indicam que o salário médio mensal dos trabalhadores formais no município foi de 2,2 salários-mínimos (IBGE, 2025), enquanto o número de pessoas ocupadas em postos de trabalho formais totalizou 1.559 indivíduos no mesmo período. Esses dados evidenciam a exis-

tência de uma base econômica sustentada pelo emprego formal, ainda que inserida em um contexto de município de pequeno porte.

Contudo, a análise do Cadastro Único permite aprofundar a compreensão das condições de vida da população, ao evidenciar, com maior precisão, as situações de vulnerabilidade socioeconômica presentes no território. Nesse sentido, observa-se que tais vulnerabilidades não se restringem à insuficiência de renda, mas abrangem um conjunto heterogêneo de situações sociais, marcadas por diferentes níveis de instabilidade econômica e acesso desigual a recursos e oportunidades.

Gráfico 3 – Distribuição das famílias inscritas no Cadastro Único por faixa de renda. Formosa do Oeste – PR, 2026.



Fonte: Cadastro Único (Março, 2026).
Organização: Janaína C. Barboza

Observa-se no Gráfico 3 maior concentração de famílias nas faixas de renda entre um e dois salários mínimos (29%), seguida pelas famílias com renda superior a três salários mínimos (20%) e pelas famílias com renda de até um salário mínimo (20%). Observa-se ainda a presença de famílias em situação de pobreza (8%) e baixa renda (7%), demonstrando a coexistência de diferentes níveis de vulnerabilidade socioeconômica no território municipal.

A distribuição das famílias por faixa de renda indica que o Cadastro Único no município não se restringe exclusivamente ao público em situação de extrema pobreza, contemplando também famílias inseridas em faixas de renda mais elevadas. Configuração relacionada, em parte, às estratégias de ampliação da cobertura cadastral adotadas pelo município, especialmente à utilização do Cadastro Único

como requisito para acesso às vagas na educação infantil, contribuindo para inserção de famílias que não necessariamente acessam programas de transferência de renda.

Ainda assim, os dados demonstram a presença de um contingente expressivo de famílias em situação de vulnerabilidade econômica, especialmente aquelas inseridas nas faixas de pobreza, baixa renda e rendimentos de até um salário mínimo, as quais demandam atenção prioritária da Política de Assistência Social, sobretudo no acesso a benefícios, serviços continuados e acompanhamento familiar.

Além das situações de insuficiência de renda, observa-se a presença significativa de famílias situadas em faixas intermediárias de rendimento, especialmente entre um e dois salários mínimos, segmento que, embora não se enquadre nas situações mais críticas de pobreza, permanece suscetível a processos de vulnerabilização diante de eventos adversos, como desemprego, adoecimento e fragilização de vínculos familiares.

De forma geral, a distribuição das famílias por faixa de renda demonstra que as vulnerabilidades sociais presentes no município assumem características heterogêneas e não se restringem às situações de extrema pobreza, reforçando a necessidade de respostas socioassistenciais diversificadas, articuladas à proteção de renda, ao acompanhamento familiar e às estratégias preventivas desenvolvidas no âmbito do SUAS.

Para além da distribuição geral da renda, torna-se fundamental compreender como essas condições se expressam no território, identificando a concentração espacial das situações de vulnerabilidade no município. Nesse sentido, a Tabela 1 apresenta a distribuição territorial das famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica por bairro.

**Tabela 1 – Distribuição das famílias inscritas no Cadastro Único por faixa de renda.
Formosa do Oeste – PR, 2026.**

Posição	Bairro	Pobreza (1+2)	Até 1 salário	Baixa Renda	De 1 a 2 salários	Total Geral
1	Centro	40	107	31	152	506
2	Jardim Cristo Rei	15	29	11	28	107
3	BNH	7	17	6	21	78
4	Jardim Vilas Boas	6	17	10	14	67
5	Jardim Moacir Micheletto	3	17	7	16	52
7	Distrito Bela Vista	1	6	6	20	51
8	Jardim Imaruí	3	2	3	9	46
9	Jardim América	2	2		9	32
10	Jardim Bressan	5	6	3	11	29
11	Jardim Aroeira II	0	2	1	9	28
12	Jardim Bittencourt	5	4	2	4	26
13	Jardim Itália II	1	1	2	5	25
14	Residencial Procade	1	6	2	9	25
15	Birigui	1	4	4	7	24
16	Guaporé	0	7	1	6	24
17	Aymorés	1	5	3	11	22
18	Jardim Tropical	0	1		9	21
19	Porto 4	2	1	1	9	19
20	Cruzeirinho	2	2	2	5	17
21	Consolata	0	3		5	13
22	São Pedro	0	2		3	11
23	Jardim Pará	1	4	2		10
24	Jardim Alto das Palmeiras	0			3	9
25	Rodovia PR-317 Prefeito Antônio Fregúlia	0	2		3	9
26	Santos Anjos	2	2		3	9
27	Jardim Aroeira I	2		1	1	7
28	Nossa Senhora de Fátima	0	2		1	7
29	Zona Rural	0		1	3	7
30	Sítio	1	2	2		5
31	Comunidade São Pedro	1			1	4
32	Jardim Antônia Pacífico	1	1		1	4
33	Santa Terezinha	0			1	4
34	Vila Rural	0			1	4
35	Estrada Araré	0	1	1		3
36	Vila Feliz	1	1	1		3
37	APAE	2	1			2
38	Centro Chácara	0	1			2
39	Comunidade Nossa Senhora de Fátima	0				2
40	Loteamento do Bil	0	1		1	2
41	Mutirão	0			1	2
42	Área Industrial	0		1		1
43	Chácara	0	1			1
44	Chácara Nossa Senhora da Graça	0			1	1
45	Congo	0			1	1
46	Copacol	0			1	1
47	Jardim Feliz	0			1	1
48	Porto 6	0	1			1
49	Terra Rica	0			1	1
50	Vila Rural Cruzeirinho	0			1	1
51	#N/D	0				1
	Total Geral	105	261	104	388	1328

Fonte: Cadastro Único, (Março 2026).
Organização: Janaina C. Barboza

A análise do ranking geral das famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, a partir dos dados do Cadastro Único, evidencia uma concentração mais expressiva no bairro Centro, que se destaca em todas as faixas de renda analisadas, especialmente nas situações de maior gravidade, como pobreza e baixa renda. Esse padrão indica a presença de um território com elevada concentração de famílias em condições socioeconômicas mais críticas, demandando atenção prioritária da Política de Assistência Social.

Destaca-se, contudo, que, durante o processo de apresentação e validação dos dados junto à equipe técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social, identificou-se que parte significativa dos registros vinculados ao bairro “Centro” no Cadastro Único refere-se, na prática, a uma área territorial mais abrangente, englobando diferentes bairros e localidades do município. Conforme relatado pelos trabalhadores da Política de Assistência Social, a utilização da denominação “Centro” ocorre, em muitos casos, por costume operacional e ausência de padronização territorial mais precisa nos registros cadastrais.

Essa dinâmica pode produzir distorções na leitura territorial das vulnerabilidades sociais, especialmente ao concentrar artificialmente famílias em situações de vulnerabilidade em um único território. Essa constatação revela a importância do aprimoramento da qualificação territorial dos registros do Cadastro Único, visando fortalecer a capacidade de diagnóstico, planejamento e territorialização das ações socioassistenciais no município.

Na sequência, observa-se a presença recorrente dos bairros Jardim Cristo Rei e BNH entre as primeiras posições do ranking, demonstrando que esses territórios também concentram número significativo de famílias em situação de vulnerabilidade social.

A análise territorial geral permite identificar os principais bairros com maior concentração de famílias em situação de vulnerabilidade. Entretanto, para uma compreensão mais detalhada, torna-se necessário observar como essas famílias se distribuem entre as diferentes faixas de renda, o que é apresentado na Tabela 2.

**Tabela 2 – Ranking dos bairros com maior concentração de famílias por faixa de renda.
Formosa do Oeste – PR, 2026**

Posição	Bairro	Pobreza (1+2)	Bairro	Baixa Renda	Bairro	Até 1 salário	Bairro	De 1 a 2 salários
1	Centro	40	Centro	31	Centro	107	Centro	152
2	Jardim Cristo Rei	15	Jardim Cristo Rei	11	Jardim Cristo Rei	29	Jardim Cristo Rei	28
3	BNH	7	Jardim Vilas Boas	10	BNH	17	BNH	21
4	Jardim Vilas Boas	6	Jardim Moacir Micheletto	7	Jardim Moacir Micheletto	17	Distrito Bela Vista	20
5	Jardim Bittencourt	5	BNH	6	Jardim Vilas Boas	17	Jardim Moacir Micheletto	16
7	Jardim Bressan	5	Distrito Bela Vista	6	Guaporé	7	Jardim Vilas Boas	14
8	Jardim Imaruí	3	Birigui	4	Distrito Bela Vista	6	Aymorés	11
9	Jardim Moacir Micheletto	3	Aymorés	3	Jardim Bressan	6	Jardim Bressan	11
10	APAE	2	Jardim Bressan	3	Residencial Procade	6	Jardim América	9
Total		86		81		212		282

Fonte: Cadastro Único, (Março 2026).
Organização: Janaina C. Barboza

Enquanto a Tabela 2 detalha os dez bairros com maior concentração de famílias em cada faixa de renda, permitindo aprofundar a compreensão da distribuição territorial da vulnerabilidade socioeconômica no município.

Observa-se que a denominação “Centro” aparece com destaque em todas as categorias analisadas, figurando como principal localidade de concentração de famílias nas diferentes faixas de renda. Entretanto, novamente, é importante destacar que parte significativa dos registros vinculados a essa localidade refere-se, na prática, a diferentes bairros e áreas do município cadastrados de forma genérica como “Centro”, o que demanda cautela na interpretação territorial desses dados.

Nesse contexto, o bairro Jardim Cristo Rei apresenta recorrência nas primeiras posições em diferentes faixas de renda, evidenciando a presença de um contingente significativo de famílias em situação de vulnerabilidade, tanto em níveis mais críticos quanto em condições de instabilidade econômica.

Por outro lado, localidade como Jardim Vilas Boas, Jardim Moacir Micheletto e Distrito Bela Vista ganham maior relevância nas faixas de baixa renda e rendimentos de até dois salários-mínimos, indicando territórios marcados por situações de vulnerabilidade menos intensas, porém mais difusas, associadas à instabilidade de renda e maior suscetibilidade a processos de vulnerabilização.

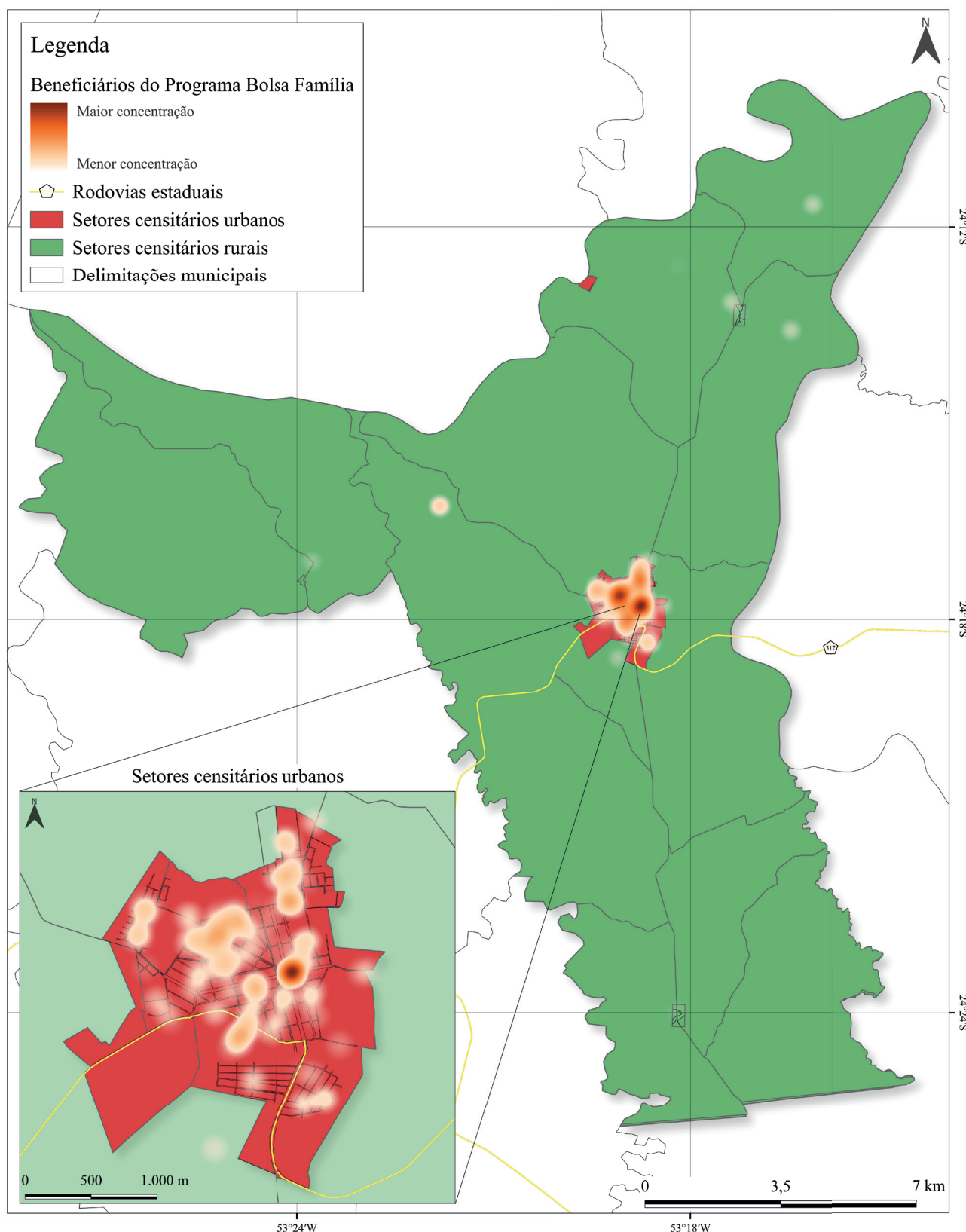
Destaca-se ainda a presença de localidades como Guaporé e Aymorés entre os territórios identificados em determinadas faixas de renda, evidenciando que as vulnerabilidades socioeconômicas no município também se manifestam em áreas rurais. Essa configuração reforça que a vulnerabilidade social não se distribui de forma homogênea no território municipal, assumindo características distintas conforme o contexto urbano ou rural, especialmente diante das dificuldades relacionadas ao acesso a serviços públicos, deslocamento e dispersão territorial das famílias.

Dessa forma, a análise por faixa de renda complementa o ranking geral ao evidenciar que, embora determinados territórios concentram maior número absoluto de famílias em situação de vulnerabilidade, outros se destacam por tipos específicos de privação, o que demanda estratégias diferenciadas no âmbito da Política de Assistência Social, especialmente no que se refere à priorização do acompanhamento familiar, à organização da oferta de serviços e à implementação de ações preventivas.

No que se refere à proteção de renda, o Programa Bolsa Família (PBF) constitui-se como uma das principais estratégias de enfrentamento à pobreza no município, garantindo a transferência direta de renda às famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica e contribuindo para a ampliação do acesso a direitos básicos.

Em março de 2026, registra-se a presença de 222 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) e aproximadamente 192 beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), sendo a maior parte composta por pessoas com deficiência (130), seguida por pessoas idosas (60).

Figura 2 - Distribuição dos beneficiários de programas de transferência de renda (Bolsa Família e BPC).



No que se refere à distribuição territorial dos beneficiários do PBF, observa-se maior concentração no bairro Centro, seguido por bairros como Jardim Cristo Rei, BNH, Jardim Vilas Boas e Jardim Moacir Micheletto, evidenciando a correspondência entre os territórios com maior incidência de vulnerabilidade socioeconômica e a presença de famílias inseridas no programa.

Por sua vez, a presença expressiva de beneficiários do BPC na condição de pessoa com deficiência não se relaciona apenas à insuficiência de renda, mas também a situações que envolvem dependência, limitações funcionais e necessidade de cuidados contínuos. Essa predominância reforça a importância da articulação entre a Política de Assistência Social e as demais políticas públicas, especialmente nas áreas da saúde e da proteção social especial.

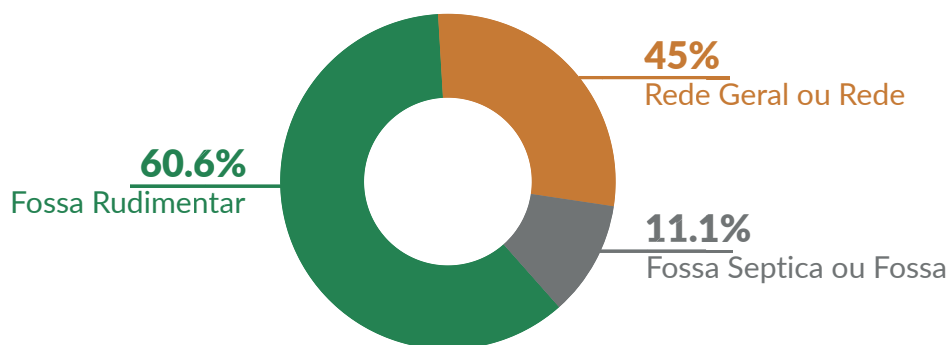
Ademais, a quantidade de beneficiários do BPC, associada ao número de famílias atendidas pelo PBF, indica que aproximadamente 11 % da população do município depende de mecanismos de transferência de renda para a garantia de condições mínimas de sobrevivência, evidenciando a centralidade dessas políticas no sistema de proteção social.

Nesse contexto, a efetividade dos programas de transferência de renda está diretamente relacionada à sua articulação com os serviços socioassistenciais, especialmente por meio do acompanhamento familiar no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), visando não apenas a mitigação imediata das situações de vulnerabilidade, mas também a promoção da autonomia das famílias e a ampliação do acesso a direitos.

Além das condições de renda e da distribuição territorial da vulnerabilidade socioeconômica, os indicadores de infraestrutura urbana também contribuem para a compreensão ampliada das condições de vida da população no município.

Nesse sentido, as condições de saneamento básico se apresentam como elemento relevante na composição das vulnerabilidades, uma vez que estão diretamente relacionadas à saúde pública, à qualidade de vida e ao acesso a serviços essenciais.

Gráfico 4 – Tipos de esgotamento sanitário nos domicílios do município de Formosa do Oeste - 2026.



Fonte: Institui Água e Saneamento, Maio de 2025.
Organização: Janaína C. Barboza

A leitura do Gráfico 4 demonstra a predominância de soluções individuais de esgotamento sanitário, especialmente fossas rudimentares, em detrimento da rede geral de esgoto. Esse cenário configura um importante indicador de vulnerabilidade, evidenciando limitações estruturais no acesso a serviços básicos.

Dessa forma, observa-se que as vulnerabilidades no município não se restringem às dimensões econômicas, mas envolvem também condições relacionadas à infraestrutura urbana e ao acesso a serviços públicos, reforçando o caráter multidimensional da vulnerabilidade social.

Dessa forma, a análise integrada dos dados do IBGE e do Cadastro Único evidenciam que as vulnerabilidades no município de Formosa do Oeste se configuram de maneira multidimensional, envolvendo não apenas aspectos relacionados à renda, mas também dimensões territoriais, demográficas e de acesso a serviços públicos essenciais.

Observa-se que, embora o município apresente indicadores gerais que apontam para um nível intermediário de desenvolvimento, a leitura territorial permite identificar a presença de desigualdades internas, com concentração de famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica em determinados bairros, especialmente nas áreas urbanas com maior densidade populacional.

A análise do perfil de renda das famílias inscritas no Cadastro Único demonstram que a vulnerabilidade não se restringe às situações de extrema pobreza, mas abrange um conjunto mais amplo de famílias inseridas em contextos de insuficiência ou instabilidade econômica, evidenciando a existência de um contingente populacional suscetível a processos de vulnerabilização.

Do ponto de vista territorial, o ranking dos bairros e a análise por faixa de renda evidenciam que a vulnerabilidade assume diferentes expressões no espaço municipal, com territórios que concentram maior número absoluto de famílias em situação de vulnerabilidade e outros que se destacam por tipos específicos de privação, como baixa renda ou instabilidade econômica.

Adicionalmente, a presença significativa de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC), reforça a centralidade dessas políticas na garantia de condições mínimas de sobrevivência, ao mesmo tempo em que evidencia a de-

pendência de parcela da população em relação a esses mecanismos de proteção social.

Por fim, as condições de infraestrutura urbana, especialmente no que se refere ao saneamento básico, revelam limitações no acesso a serviços essenciais, constituindo fator adicional de vulnerabilidade que impacta diretamente as condições de vida da população.

Nesse contexto, os dados analisados indicam a necessidade de organização de respostas socioassistenciais territorializadas, integradas e contínuas, que articulem a proteção de renda com o acompanhamento familiar, a ampliação do acesso a serviços públicos e o fortalecimento das estratégias preventivas, em consonância com o princípio da matricialidade sociofamiliar e com a centralidade da família na Política de Assistência Social.



A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM FORMOSA DO OESTE - PR

3.

A trajetória da Política de Assistência Social no município de Formosa do Oeste acompanha o movimento histórico nacional de construção e consolidação da assistência social enquanto política pública de direito, especialmente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, que a institui como parte integrante da Seguridade Social.

Com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS - Lei nº 8.742/1993), inicia-se um processo gradual de reorganização da política no município. A partir dos anos 2000, com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS - 2004) e a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o município passa a estruturar sua atuação de forma mais organizada, orientada pelos princípios da descentralização, participação social e primazia da responsabilidade do Estado.

Nesse contexto, destaca-se a implantação do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), equipamento público estatal responsável pela oferta da Proteção Social Básica (PSB), que passa a desempenhar papel central na organização da política no território. O CRAS de Formosa do Oeste atua como porta de entrada para os serviços socioassistenciais, ofertando ações como o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, além de viabilizar o acesso ao Cadastro Único e a programas de transferência de renda.

A consolidação do Cadastro Único como instrumento de identificação das famílias em situação de vulnerabilidade representou um avanço significativo na capacidade do município de planejar e executar ações de forma mais direcionada, especialmente no acesso a programas como o Bolsa Família, contribuindo para a ampliação da cobertura da proteção social.

No campo da regulação e garantia de direitos, o município também avançou na institucionalização de normativas próprias, como a regulamentação dos benefícios eventuais por meio de legislação municipal, assegurando a provisão de au-

xílios como alimentação, natalidade, funeral e transporte às famílias em situação de vulnerabilidade social, conforme previsto na LOAS. Nesse contexto, a Política de Assistência Social no município passa a se estruturar sob a lógica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), cuja organização atual é apresentada a seguir.

3.1 Estrutura de Gestão e Organização do SUAS

Atualmente, a Política Municipal de Assistência Social encontra-se organizada sob a lógica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tendo como órgão gestor a Secretaria Municipal de Assistência Social, responsável pela coordenação, planejamento e execução das ações no território.

O controle social é exercido por meio do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), instância deliberativa de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, responsável pelo acompanhamento, fiscalização e deliberação das ações da política no município.

A partir dessa estrutura, a Política de Assistência Social organiza-se por meio da oferta da Proteção Social Básica (PSB), bem como pelo desenvolvimento de ações da Proteção Social Especial (PSE) no âmbito do órgão gestor, em conformidade com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) para municípios de pequeno porte.

Apesar dos avanços na institucionalização da política, persistem desafios relacionados à qualificação da gestão, à ampliação da cobertura dos serviços, ao fortalecimento da vigilância socioassistencial e à consolidação de uma atuação mais preventiva e continuada junto às famílias, especialmente considerando a característica de dispersão territorial da vulnerabilidade social no município.

3.2 Órgão Gestor

No âmbito municipal, o órgão gestor da Política de Assistência Social de Formosa do Oeste é responsável pela coordenação da rede socioassistencial pública e privada vinculada ao SUAS, pela gestão do Fundo Municipal de Assistência Social, pelo acompanhamento da execução dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, bem como pelo assessoramento às instâncias de participação e controle social, especialmente ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), e pela execução das atividades de Proteção Social Especial (PSE). Ainda, compete ao órgão gestor promover a articulação intersetorial com as demais políticas públicas, visando garantir proteção social, prevenção de riscos e fortalecimento de direitos às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

Tabela 3 - Composição da equipe do Órgão Gestor de Formosa do Oeste – PR, 2026.

Cargo/Função	Quantidade	Vínculo	Carga Horária	Serviço/Programa Vinculado
Assessor de Secretaria e Gestão	1	Estatuária	40 horas	Secretaria de Assistência Social
Secretário Executivo dos Conselhos	1	Comissionado	40 horas	Secretaria de Assistência Social
Serviços Gerais	1	Estatuária	40 horas	Secretaria de Assistência Social
Estagiário	1	Temporário	30 horas	Secretaria de Assistência Social

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social de Formosa do Oeste - PR (Maio de 2026)
Organização: Janaína C. Barboza

Considerando as especificidades territoriais de Formosa do Oeste-PR, município de pequeno porte, a gestão da Política de Assistência Social assume importante papel na consolidação do acesso da população às seguranças socioassistenciais previstas no SUAS, especialmente a segurança de acolhida, de convívio familiar e comunitário e de desenvolvimento da autonomia. A composição da equipe técnica do Órgão Gestor evidencia a presença de profissionais essenciais para a condução da Política de Assistência Social no município, contudo, observa-se a coexistência de diferentes vínculos de trabalho, com a presença de servidores estatutários, temporários e comissionados, o que pode incidir sobre a continuidade das ações e a estabilidade das equipes.

3.2.1 Proteção Social Básica (PSB)

A Proteção Social Básica (PSB) no município de Formosa do Oeste é organizada a partir de uma unidade do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), implantado no município em 01/04/2007, atualmente localizado na Avenida Goiânia 201, região central. Este é equipamento público responsável pela oferta de serviços socioassistenciais no território, atuando como principal porta de entrada da Política de Assistência Social no município.

Figura 3 - Centro de Referência da Assistência Social de Formosa do Oeste-PR



Sua atuação está fundamentada na matricialidade sociofamiliar e na territorialização, tendo como foco a prevenção de situações de risco social e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Em Formosa do Oeste-PR, o CRAS dispõe de 05 salas para atendimentos diversos, 01 recepção, 02 sanitários e rampa com acessibilidade, possibilitando a realização de atendimentos individualizados e coletivos.

No município, no âmbito do CRAS, são ofertados Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que se configura como serviço estruturante da Proteção Social Básica (PSB), bem como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), voltado ao atendimento de diferentes faixas etárias, com o objetivo de promover a convivência, o desenvolvimento de potencialidades e a prevenção de situações de vulnerabilidade. Além disso, o equipamento conta com posto de cadastramento do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, viabilizando o acesso da população a programas de transferência de renda.

Além da estrutura física e da organização dos serviços ofertados, a capacidade de resposta da Proteção Social Básica (PSB) está diretamente relacionada à composição e à qualificação da equipe de trabalho vinculada ao CRAS.

Nesse sentido, a equipe técnica e de apoio constitui elemento central para a execução das ações socioassistenciais, especialmente no que se refere ao acompanhamento familiar, à oferta de atividades coletivas e à articulação com a rede de proteção social.

A composição dos recursos humanos do CRAS de Formosa do Oeste está apresentada na tabela a seguir:

Tabela 4 - Composição da equipe do CRAS de Formosa do Oeste – PR, 2026.

Cargo/Função	Quantidade	Vínculo	Carga Horária	Serviço/Programa Vinculado
Assistente Social	1	Estatuária	40 horas	PAIF
Psicólogo	1	Temporário	40 horas	PAIF
Coordenador do Cadastro único	1	Comissionada	40 horas	Cadúnico
Coordenador do CRAS	1	Comissionada	40 horas	Gestão do CRAS
Entrevistador do CadÚnico	1	Estatuária	40 horas	Cadúnico
Auxiliar de Serviços Gerais	1	Estatuária	40 horas	CRAS
Oficineiros	5	Temporário	40 horas	SCFV

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social de Formosa do Oeste - PR (Maio de 2026)

Organização: Janaína C. Barboza

A análise da composição da equipe evidencia que o CRAS dispõe de profissionais essenciais para a execução dos serviços da Proteção Social Básica (PSB), especialmente aqueles vinculados ao PAIF e à gestão do Cadastro Único. Destaca-se a presença de equipe mínima de referência, composta por Assistente Social e Psicólogo, conforme preconizado pelas normativas do SUAS.

Contudo, observa-se que a estrutura de recursos humanos apresenta limitações, uma vez é composta pela presença de trabalhadores com vínculos temporários e em cargos comissionados, o que pode influenciar na estabilidade dos serviços e na continuidade das ações, demandando atenção da gestão municipal quanto à necessidade de fortalecimento e qualificação da equipe.

Adicionalmente, destaca-se que a organização da equipe contempla a presença de coordenação específica tanto para o CRAS quanto para o Cadastro Único, evidenciando a centralidade desse instrumento na gestão da Política de Assistência Social no município.

Nesse sentido, a análise da estrutura de recursos humanos deve ser compreendida em articulação com a capacidade de atendimento do CRAS, uma vez que o número de usuários acompanhados e a demanda por serviços no território impactam diretamente na organização do trabalho da equipe.

A seguir, apresentam-se os dados referentes ao número de atendimentos realizados no âmbito do CRAS e dos serviços da Proteção Social Básica (PSB) no município no ano de 2025.

Tabela 5 – Número de usuários atendidos pela Proteção Social Básica em Formosa do Oeste – PR, 2025.

Proteção Social Básica		
PAIF	Nº de Atendimento Particularizado	880
	Nº de Acompanhamento Familiar	2.493
	Nº de Novas Famílias inseridas em Acompanhamento Familiar	11
	Nº de Pessoas que participaram de ações coletivas não continuadas	08
	Nº de Famílias que participaram regularmente de Grupos	1.377
	Visitas Domiciliares	89
SCFV	Crianças até 6 anos	71
	Crianças e Adolescentes de 06 a 15 anos	605
	Adolescentes e Jovens de 15 a 17 anos	0
	Adultos de 18 a 59 anos	283
	Pessoas Idosas (60 anos ou mais)	418
Cadastro Único	Novas Famílias Inseridas	40
	Atualização Cadastral	1.094
	Visita Domiciliar	129

Fonte: Registro Mensal de Atendimentos, 2025
Organização: Janaína C. Barboza

Os dados apresentados na Tabela 5, extraídos do Registro Mensal de Atendimentos (RMA) de 2025, permitem uma leitura integrada do volume e da natureza das ações desenvolvidas no âmbito da Proteção Social Básica (PSB) no município. No que se refere ao PAIF, registram-se 880 atendimentos particularizados e 2.493 acompanhamentos familiares ao longo do ano, evidenciando a centralidade do trabalho social com famílias. Contudo, o elevado quantitativo de acompanhamentos familiares demanda análise criteriosa, podendo refletir tanto a intensidade da demanda no território quanto possíveis fragilidades na apropriação do conceito de acompanhamento familiar pelas equipes, uma vez que este pressupõe continuidade, planeja-

mento e definição de objetivos, não se confundindo com atendimentos pontuais.

Ainda nesse âmbito, destacam-se 11 novas famílias inseridas em acompanhamento e a realização de 89 visitas domiciliares, número que, quando analisado em relação ao volume de famílias acompanhadas, reforça a necessidade de qualificação dos registros e de análise mais aprofundada sobre a capacidade operacional da equipe para o desenvolvimento de ações territorializadas e sistemáticas. No que se refere às ações coletivas de caráter não continuado, registra-se a participação de apenas 8 pessoas ao longo do ano, dado que pode indicar baixa oferta, subnotificação ou priorização de outras estratégias de intervenção.

No âmbito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), observa-se concentração de usuários entre crianças e adolescentes de 6 a 15 anos (605) e pessoas idosas (418), com menor inserção de crianças na primeira infância (71) e ausência de adolescentes e jovens de 15 a 17 anos, evidenciando lacuna na cobertura desse público. A participação de adultos entre 18 e 59 anos (283) indica presença do público, porém sem expansão significativa da oferta ao longo do período.

De forma geral, os dados revelam um cenário de elevada demanda pelos serviços, associado a desafios relacionados à qualificação dos registros, à capacidade operacional das equipes e à necessidade de reordenamento da oferta, especialmente para ampliação do acesso de públicos subatendidos e fortalecimento da articulação entre PAIF e SCFV. Nesse sentido, destaca-se a importância de aprimoramento dos processos de registro e da apropriação conceitual pelas equipes, bem como da utilização sistemática dessas informações pela Vigilância Socioassistencial para subsidiar o planejamento, o monitoramento e a tomada de decisão no âmbito da Política de Assistência Social.

A partir da análise da Proteção Social Básica (PSB), evidencia-se que a organização da Política de Assistência Social no município apresenta centralidade no CRAS e nos serviços a ele vinculados, especialmente no que se refere ao PAIF e ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Contudo, considerando as especificidades de municípios de pequeno porte, observa-se que a gestão da política assume papel ainda mais estratégico, especialmente no que se refere à coordenação das ações, articulação da rede e resposta às situações de maior complexidade, que não contam com estrutura própria de Proteção Social Especial (PSE).

3.2.2 Proteção Social Especial (PSE)

O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), por meio da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), reconhece que os municípios de Pequeno Porte I apresentam, em geral, rede socioassistencial simplificada, com maior concentração de ofertas no âmbito da Proteção Social Básica (PSB). Nesses territórios, em razão das especificidades demográficas, territoriais e do volume reduzido de demandas especializadas, a organização da Proteção Social Especial (PSE) pode ocorrer por meio de diferentes arranjos institucionais, incluindo a regionalização de serviços, consórcios intermunicipais ou a atuação de equipes técnicas vinculadas ao Órgão Gestor municipal. A própria PNAS destaca que, em muitos municípios de pequeno porte, não se verifica demanda potencial que justifique a implantação de equipamentos especializados próprios para todas as ofertas socioassistenciais, reforçando a importância de estratégias compatíveis com a realidade local.

Nesse contexto, o município de Formosa do Oeste-PR organiza a Proteção Social Especial (PSE) por meio de equipe técnica vinculada ao Órgão Gestor da Política Municipal de Assistência Social. Esta equipe é responsável pelo acompanhamento de famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social decorrente da violação de direitos, bem como pela articulação com a rede socioassistencial, com as demais políticas públicas e com o Sistema de Garantia de Direitos (SGD). Atualmente composta por 01 Coordenador da Proteção Social Especial, 01 Assistente Social, 01 Psicólogo e 01 Pedagogo (conforme quadro abaixo), estes profissionais são responsáveis pelo desenvolvimento das ações de acompanhamento especializado, elaboração de estudos, pareceres e relatórios técnicos, realização de visitas domiciliares, articulação intersetorial e monitoramento dos casos acompanhados.

Tabela 6 - Composição da Equipe do Órgão Gestor de Formosa do Oeste - 2026

Cargo/Função	Quantidade	Vínculo	Carga Horária	Serviço/Programa Vinculado
Assistente Social	1	Estatuária	40 horas	Secretaria de Assistência Social
Psicólogo	1	Estatuária	40 horas	Secretaria de Assistência Social
Coordenador da PSE	1	Estatuária	40 horas	Ações da PSE
Pedagogo Social	1	Temporário	40 horas	Secretaria de Assistência Social
Cuidadores sociais	7	Estatuária	40 horas	Casa Lar

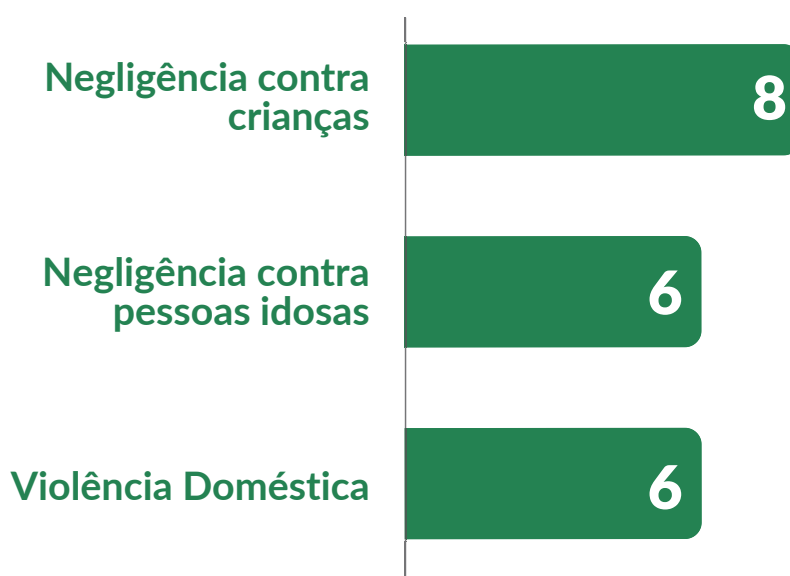
Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social de Formosa do Oeste - PR (Maio de 2026).
Organização: Janaína C. Barboza.

A atuação da equipe abrange situações de violência intrafamiliar, negligência, abandono, violações de direitos de crianças e adolescentes, violência contra mulheres, situações de violações de direitos envolvendo pessoas idosas e pessoas com deficiência, trabalho infantil, aplicação e acompanhamento de medidas protetivas, bem como outras demandas que requeiram intervenção especializada da Política de Assistência Social. As ações desenvolvidas ocorrem de forma articulada com a Proteção Social Básica, especialmente com o CRAS, e com os demais serviços da rede de proteção, assegurando a integralidade do atendimento, a continuidade do acompanhamento familiar e a efetivação das seguranças socioassistenciais previstas no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

No que se refere às demandas acompanhadas pela Proteção Social Especial (PSE), os registros municipais indicam que, até Maio de 2026, a equipe técnica vinculada ao Órgão Gestor acompanhava 26 casos/famílias e indivíduos em situação de violação de direitos, sendo 8 inseridos no referido ano. Embora o quantitativo absoluto possa parecer reduzido, os dados assumem relevância significativa quando analisados à luz das características territoriais, número de habitantes e da capacidade instalada do município.

As principais situações acompanhadas pela equipe da PSE estão relacionadas à negligência contra crianças e pessoas idosas, além de casos de violência doméstica, conforme demonstrado no gráfico a seguir:

Gráfico 5 - Principais situações acompanhadas pela Proteção Social Especial em Formosa do Oeste – PR, 2025



Fonte: Sistema de Informação de Formosa do Oeste-PR.
Organização: Janaína C. Barboza.

A análise das situações acompanhadas evidenciam a presença de demandas complexas e que exigem atuação técnica especializada, acompanhamento continuado e articulação permanente com o Sistema de Garantia de Direitos (SGD).

A estrutura compartilhada com a Secretaria Municipal de Assistência Social favorece a integração entre Gestão, Cadastro Único e o CRAS, contribuindo para a identificação, acompanhamento e monitoramento das situações de vulnerabilidade e risco social presentes no território municipal.

O Município de Formosa do Oeste reafirma a manutenção da equipe de Proteção Social Especial (PSE) vinculada ao Órgão Gestor municipal como estratégia técnica, legal, administrativa e financeiramente adequada à sua realidade territorial, em consonância com os princípios da matricialidade sociofamiliar, territorialização, integralidade da proteção social, regionalização dos serviços e garantia de direitos que fundamentam o Sistema Único de Assistência Social.

3.2.3 Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Além da oferta das ações de PSE desenvolvidas no âmbito do Órgão Gestor, o Município de Formosa do Oeste mantém o serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes na modalidade Casa Lar, constituindo este um importante equipamento da rede socioassistencial de Alta Complexidade. Tendo em vista o porte populacional do município e as características da demanda local, a coordenação e o acompanhamento técnico do serviço são realizados de forma articulada pela equipe da Proteção Social Especial vinculada ao órgão gestor.

A equipe de referência é composta por Assistente social e Psicólogo, responsáveis pelo acompanhamento técnico dos acolhidos e de suas famílias, elaboração de estudos, pareceres e relatórios técnicos, construção e monitoramento dos planos individuais e familiares de atendimento, articulação com a rede socioassistencial, intersetorial e com o Sistema de Garantia de Direitos (SGD), além do acompanhamento dos processos de reintegração familiar, família extensa ou colocação em família substituta, quando aplicável.



Tabela 7 - Composição da Equipe da Proteção Social Especial de Formosa do Oeste - 2026

Cargo/Função	Quantidade	Vínculo	Carga Horária	Serviço/Programa Vinculado
Coordenador da PSE	1	Estatuária	40 horas	Ações da PSE
Mãe Social	7	Estatuária	40 horas	Casa Lar

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social de Formosa do Oeste - PR (Maio de 2026).

Organização: Janaína C. Barboza

Embora não tenham sido registrados acolhimentos no ano de 2026 até o momento da elaboração deste Plano, os registros de 2025 indicavam o acolhimento de seis crianças e adolescentes, sendo três(03) meninos e três(03) meninas, motivados principalmente por situações de negligência e risco social.

Esse cenário evidencia que, mesmo em municípios de pequeno porte, como Formosa do Oeste-PR, persistem demandas relacionadas à Proteção Social Especial que exigem capacidade técnica, articulação intersetorial e respostas contínuas da política de assistência social, especialmente no atendimento a situações de violência, negligência e violação de direitos.

3.3 Rede Socioassistencial

A rede socioassistencial do município de Formosa do Oeste caracteriza-se por uma configuração quase exclusivamente pública, sendo composta pelos equipamentos e serviços vinculados diretamente à Secretaria Municipal de Assistência Social, com destaque para o CRAS, o Cadastro Único, o Órgão Gestor e a unidade de acolhimento institucional na modalidade Casa Lar. No âmbito da rede privada, observa-se a presença de apenas uma Organização da Sociedade Civil, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), que atua no atendimento a pessoas com deficiência, contribuindo de forma complementar à proteção social ofertada no território.

Essa configuração evidencia um modelo de organização da rede com baixa diversificação de atores e forte centralização das ações no poder público municipal, o que, por um lado, pode favorecer maior controle e padronização das ações, mas, por outro, tende a ampliar a responsabilidade da gestão direta na execução dos serviços e limitar a capilaridade da oferta, especialmente em territórios mais vulneráveis ou em demandas que exigem maior especialização.

Tabela 8 - Composição da Rede Socioassistencial de Formosa do Oeste - 2026

Tipo de Rede	Unidade/Serviço	Natureza	Proteção	Público Atendido	Observações
Pública	CRAS	Municipal	Proteção Social Básica	Famílias em situação de vulnerabilidade social	Executa PAIF e articula SCFV
Pública	Cadastro Único	Municipal	Gestão de benefícios	Famílias de baixa renda	Base para acesso a programas sociais
Pública	Órgão Gestor	Municipal	Gestão do SUAS	População em geral	Coordenação, planejamento e execução da política
Pública	Casa Lar	Municipal	Proteção Social Especial (Alta Complexidade)	Crianças e adolescentes em situação de risco	Equipe compartilhada com o órgão gestor
Privada	APAE	Organização da Sociedade Civil	Proteção Social Especial (Média Complexidade)	Pessoas com deficiência e suas famílias	Atuação complementar à rede socioassistencial

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social de Formosa do Oeste - PR (Maio de 2026).
Organização: Janaína C. Barboza

Nesse contexto, a análise da rede socioassistencial demanda considerar não apenas a existência formal dos serviços, mas também sua capacidade de articulação, cobertura e resposta às demandas do território. A presença de número reduzido de organizações parceiras pode indicar fragilidade na constituição de uma rede ampliada de proteção social, reforçando a necessidade de fortalecimento de parcerias institucionais, ampliação da oferta de serviços e diversificação das estratégias de atendimento, especialmente em municípios de pequeno porte, onde a dependência da gestão direta tende a concentrar a execução das ações e limitar a capilaridade da proteção social no território.

3.4 Financiamento

A execução das ações previstas neste Plano Municipal de Assistência Social será financiada por recursos das esferas federal, estadual e municipal, operacionalizados por meio do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) e das dotações orçamentárias da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Os recursos destinam-se à manutenção dos serviços, programas, projetos, benefícios socioassistenciais e ações de gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), observando as diretrizes estabelecidas na Lei Orgânica da Assistência Social, na Política Nacional de Assistência Social e na Norma Operacional Básica do SUAS.

Para o exercício de 2026, o orçamento da Política Municipal de Assistência Social contempla recursos destinados à Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, Benefícios Eventuais, Cadastro Único, Programa Bolsa Família, Gestão do SUAS, Controle Social, Educação Permanente, Consórcio Intermunicipal de Assistência Social, manutenção administrativa e investimentos em equipamentos e estrutura física.

A execução financeira das ações previstas neste Plano deverá observar a disponibilidade orçamentária e financeira do município, bem como os instrumentos de planejamento governamental vigentes, especialmente o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). O acompanhamento da execução dos recursos será realizado pelo órgão gestor da Assistência Social e pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Tabela 9 - Demonstrativo dos recursos destinados à Política Municipal de Assistência Social – Exercício 2026

Área	Valor 2026
Proteção Social Básica	R\$ 589.504,91
SCFV	R\$ 174.306,77
Benefícios Eventuais	R\$ 121.000,00
Cadastro Único e Bolsa Família	R\$ 122.100,00
Gestão do SUAS e Educação Permanente	R\$ 6.322,05
Proteção Social Especial (Média Complexidade)	R\$ 32.355,26
Proteção Social Especial (Alta Complexidade)	R\$ 348.400,00
Controle Social	R\$ 8.000,00
Consórcio Intermunicipal	R\$ 95.350,00
Reequipamento FMAS	R\$ 146.814,11
Total FMAS	R\$ 1.644.153,10

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social de Formosa do Oeste - PR (2026)

Organização: Janaína C. Barboza

A análise da distribuição dos recursos evidencia a priorização do financiamento das ações de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, em consonância com as demandas identificadas no diagnóstico socioterritorial e com as responsabilidades do município no âmbito do SUAS. Observa-se ainda a previsão de recursos destinados à gestão da política, ao Cadastro Único, aos benefícios eventuais, ao controle social e à manutenção dos serviços socioassistenciais, demonstrando a abrangência das ações necessárias para a efetivação da Política de Assistência Social no município.

DIRETRIZES DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 4.

As diretrizes da Política de Assistência Social no município de Formosa do Oeste para o período de 2026 a 2029 fundamentam-se nas normativas do Sistema Único de Assistência Social, especialmente na Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e na Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS/2012), bem como nas especificidades socioterritoriais identificadas no diagnóstico do município.

Considerando o cenário de vulnerabilidade social, a configuração da rede socioassistencial e os desafios relacionados à capacidade operacional da gestão, definem-se as seguintes diretrizes:

- 1.** Fortalecimento da Proteção Social Básica como eixo estruturante da política de assistência social no município.
- 2.** Qualificação do trabalho social com famílias, com ênfase no acompanhamento familiar no âmbito do PAIF
- 3.** Ampliação e qualificação da rede socioassistencial, com fortalecimento da articulação intersetorial.
- 4.** Estruturação e qualificação das ações da Proteção Social Especial no âmbito do órgão gestor.
- 5.** Promoção da equidade no acesso aos serviços, com atenção a públicos específicos e territórios mais vulneráveis.
- 6.** Fortalecimento da participação e do controle social.

OBJETIVOS 5.

5.1 Objetivo Geral

Garantir a consolidação da Política de Assistência Social no município de Formosa do Oeste, por meio do fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, assegurando a oferta qualificada, integrada e territorializada de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, com foco na redução das vulnerabilidades identificadas no diagnóstico socioterritorial, na proteção social das famílias e indivíduos e no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitário.

5.2 Objetivos Específicos

- Qualificar o acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade social, com centralidade no trabalho social com famílias e na ampliação do acesso aos serviços socioassistenciais;
- Fortalecer a atuação territorial da Política de Assistência Social, com priorização das áreas com maior concentração de vulnerabilidades e ampliação das estratégias de busca ativa;
- Ampliar o acesso aos serviços socioassistenciais, considerando as especificidades territoriais, especialmente em áreas rurais e de maior dispersão populacional;
- Fortalecer a gestão da Política de Assistência Social, com aprimoramento dos processos de planejamento, monitoramento e avaliação, orientados por evidências;
- Desenvolver ações preventivas que contribuam para a redução das vulnerabilidades sociais e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;
- Fortalecer o controle social e a participação dos usuários.

6. Metas Quadriênio 2026 - 2029

Objetivo: Qualificar o acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade social, com centralidade no trabalho social com famílias e na ampliação do acesso aos serviços socioassistenciais

Ação	Meta	Indicador	Prazo para Cumprimento			
			2026	2027	2028	2029
Implementar ações de identificação, acompanhamento e monitoramento de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social, visando prevenir o agravamento das situações e garantir o acesso imediato à rede de proteção social. Deliberação conferência 2025	Ampliar progressivamente a cobertura do acompanhamento familiar, garantindo que os casos prioritizados pela equipe técnica sejam acompanhados por meio de Plano de Acompanhamento Familiar elaborado, executado e monitorado.	Percentual de famílias acompanhadas com Plano de Acompanhamento Familiar elaborado e atualizado.	50%	70%	90%	100%
	Ampliar e qualificar a capacidade operacional da rede socioassistencial por meio da contratação de recursos humanos, garantindo a composição da equipe de referência da Proteção Social Básica com a contratação de 01 (um) Educador Social para o CRAS e o fortalecimento da Proteção Social Especial mediante a contratação de 01 (um) Psicólogo e 01 (um) Assistente Social, conforme disponibilidade orçamentária.	Número de profissionais contratados e em exercício na rede socioassistencial, sendo 01 Educador Social para o CRAS, 01 Psicólogo e 01 Assistente Social para a Proteção Social Especial.	Planejamento e previsão orçamentária	Contratação do Educador Social (CRAS)	Contratação do Psicólogo e Assistente Social (PSE)	Manutenção e avaliação da equipe
Responsável: Secretaria de Assistência Social						
Fortalecer a gestão da informação por meio da integração e análise de bases de dados governamentais, visando aprimorar a qualidade das informações do Cadastro Único e subsidiar ações de planejamento, acompanhamento e proteção social das famílias Deliberação conferência 2025	Realizar semestralmente procedimentos de integração e análise de dados entre o Cadastro Único e outras bases governamentais para qualificação das informações cadastrais e aprimoramento da identificação das demandas sociais	Número de procedimentos de cruzamento e análise de dados realizados anualmente	2	2	2	2
Responsável: Secretaria de Assistência Social						
Fortalecer as estratégias de identificação, acompanhamento e encaminhamento, junto a rede intersetorial, de pessoas idosas e pessoas com deficiência em situação de dependência, restrição de mobilidade ou acamamento. Oficina com usuários	Realizar levantamento e acompanhamento periódico dos casos identificados pela rede socioassistencial e intersetorial	Número de pessoas identificadas e acompanhadas.	Realizar levantamento	15% de Acompanhamento dos casos identificados	30% de Acompanhamento dos casos identificados	50% de Acompanhamento dos casos identificados
Responsável: Proteção Social Básica						

Objetivo: Fortalecer a atuação territorial da política de assistência social, com priorização das áreas com maior concentração de vulnerabilidades e ampliação das estratégias de busca ativa

Ação	Meta	Indicador	Prazo para Cumprimento			
			2026	2027	2028	2029
Descentralizar os atendimentos e ações de cadastramento e atualizações do CadÚnico para as comunidades rurais. Repactuação do Plano de Assistência Social 2022-2025	Realizar 06 ações descentralizadas anuais, com periodicidade bimestral.	Percentual de ações descentralizadas previstas que foram executadas.	6	6	6	6
Responsável: Cadastro Único						
Qualificar os registros territoriais do Cadastro Único, visando aprimorar a leitura das vulnerabilidades e o planejamento das ações socioassistenciais. Diagnóstico	• Padronizar a identificação territorial das famílias cadastradas e promover; • Realizar a atualização gradual dos registros existentes na base do cadastro único.	• Execução da territorialização; • Percentual de registros territoriais atualizados.	25%	50%	75%	100%
Responsável: Cadastro Único						
Implantar ferramentas de georreferenciamento e análise espacial para subsidiar ações de Vigilância Socioassistencial e o planejamento das ações da Política Municipal de Assistência Social. Diagnóstico	Estruturar e utilizar base territorial georreferenciada para produção de mapas, diagnósticos e análises socioterritoriais do município.	• Base territorial georreferenciada implantada; • Número de produtos cartográficos e análises socioterritoriais elaborados.	Estruturação	Implantação	Manutenção	Manutenção
Responsável: Secretaria de Assistência Social						



Objetivo: Ampliar o acesso aos serviços socioassistenciais, considerando as especificidades territoriais, especialmente em áreas rurais e de maior dispersão populacional

Ação	Meta	Indicador	Prazo para Cumprimento			
			2026	2027	2028	2029
Articular e ofertar cursos, oficinas e ações de geração de renda destinados prioritariamente às famílias em situação de vulnerabilidade social acompanhadas pela rede socioassistencial, em horários e formatos compatíveis com as necessidades dos usuários, inclusive no período noturno. Repactuação do Plano de Assistência Social 2022-2025	No mínimo 02 cursos/oficinas anualmente.	Número de cursos, oficinas ou ações de qualificação profissional e geração de renda realizados anualmente.	2	2	2	2
Responsável: Secretaria de Assistência Social						
Manter a oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) assegurando o atendimento ao público prioritário, em conformidade com os percentuais e critérios estabelecidos pelas Resoluções CIT nº 01/2013 e CNAS nº 01/2013 Deliberação conferência 2025 e Repactuação do Plano de Assistência Social 2022-2025	Ampliar progressivamente a participação do público prioritário no SCFV, alcançando o percentual mínimo de 50% até 2029.	Percentual de cumprimento da meta de inclusão do público prioritário no SCFV.	Planejamento	Aumentar 15% em quantitativo do publico prioritário	Aumentar 15% em quantitativo do publico prioritário	Aumentar 20% em quantitativo do publico prioritário
Responsável: Proteção Social Básica						

Objetivo: Fortalecer a gestão da política de assistência social, com aprimoramento dos processos de planejamento, monitoramento e avaliação, orientados por evidências

Ação	Meta	Indicador	Prazo para Cumprimento			
			2026	2027	2028	2029
Garantir a formação permanente dos profissionais trabalhadores do SUAS. Repactuação plano 2021-2025 e Deliberação da conferência 2025	- Realizar, no mínimo, 01 ação anual de capacitação, assegurando a participação de pelo menos 80% dos trabalhadores do SUAS; - Promover capacitações voltadas ao preenchimento e utilização dos instrumentos de registro, monitoramento e informação da Política de Assistência Social, especialmente o Registro Mensal de Atendimentos – RMA; - Garantir que anualmente os gestores e cadastradores do CadÚnico participem de no mínimo uma ações de capacitação e atualização técnica relacionadas a programa; - Garantir que anualmente os técnicos da gestão participem de no mínimo uma ações de capacitação e atualização técnica relacionadas à gestão financeira, orçamentária, prestação de contas e utilização dos sistemas governamentais.	- Número de capacitações realizadas por ano; - Percentual de trabalhadores do SUAS capacitados; - Número de capacitações realizadas sobre sistemas de informação; - Participação dos profissionais do Cadastro Único em ações de capacitação; - Participação dos profissionais da gestão em capacitações sobre gestão financeira e prestação de contas.	1 Curso / 80%	1 Curso / 80%	1 Curso / 80%	1 Curso / 80%
Responsável: Secretaria Municipal de Assistência Social						
Ampliar e fortalecer a participação da Secretaria Municipal de Assistência Social em projetos, programas e ações intersetoriais voltadas à comunidade. Deliberação conferência 2025	- Realizar, no mínimo, 02 ações comunitárias intersetoriais por ano, em parceria com órgãos públicos e OSCs; - Garantir no mínimo, 01 ação comunitária intersetorial por ano nos distritos e/ou comunidades rurais do município.	Quantidade de ações intersetoriais realizadas com participação da Secretaria Municipal de Assistência Social.	2	2	2	2
			1	1	1	1
Responsável: Secretaria Municipal de Assistência Social						

Ação	Meta	Indicador	Prazo para Cumprimento			
			2026	2027	2028	2029
Implantar ou viabilizar serviço de acolhimento institucional para pessoas idosas por meio de convênio, parceria ou consórcio intermunicipal. Deliberação conferência 2025	Realizar estudo de viabilidade técnica, financeira e operacional para implantação ou pactuação de serviço de acolhimento institucional para pessoas idosas e adotar as providências necessárias para sua implementação durante a vigência do plano.	- Estudo de viabilidade realizado; - Número de convênios, parcerias ou pactuações formalizadas para oferta de acolhimento institucional de pessoas idosas.	Planejamento	Pactuação	Implantação	Manutenção
Responsável: Secretaria Municipal de Assistência Social						
Manter atualizado o Diagnóstico Socioterritorial do Município e ampliar a divulgação das informações produzidas pela Vigilância Socioassistencial. Deliberação conferência 2025	Atualizar anualmente os principais indicadores do Diagnóstico Socioterritorial e garantir a divulgação dos materiais técnicos produzidos para a rede socioassistencial, órgãos de controle social e população.	- Número de atualizações do Diagnóstico Socioterritorial realizadas por ano; - Número de materiais técnicos, boletins, relatórios ou diagnósticos divulgados	01 Atualização	01 Atualização	01 Atualização	01 Atualização
Responsável: Secretaria Municipal de Assistência Social						
Instituir previsão orçamentária para atendimento de situações de emergência e calamidade pública no âmbito da Política Municipal de Assistência Social. Deliberação conferência 2025	Garantir a inclusão anual de dotação orçamentária destinada ao atendimento de demandas socioassistenciais decorrentes de situações de emergência e calamidade pública.	Existência de dotação orçamentária específica para atendimento de situações de emergência e calamidade pública.	01 dotação na LOA	01 dotação na LOA	01 dotação na LOA	01 dotação na LOA
Responsável: Secretaria Municipal de Assistência Social						

Ação	Meta	Indicador	Prazo para Cumprimento			
			2026	2027	2028	2029
Promover ações de planejamento e articulação da rede socioassistencial para atendimento das demandas decorrentes do envelhecimento populacional, especialmente as mulheres idosas. Diagnóstico	Realizar diagnóstico ou levantamento periódico das demandas socioassistenciais da população idosa do município, com atenção especial às mulheres idosas em situação de vulnerabilidade social;	Número de diagnósticos ou levantamentos realizados, voltadas à população idosa realizados durante a vigência do plano.	01	01	01	01
	Realizar, no mínimo, 02 reuniões ou ações anuais de articulação intersetorial para discussão e encaminhamento de demandas relacionadas ao envelhecimento populacional;	Número de ações de articulação, mobilização ou planejamento desenvolvidas voltadas à população idosa.	02	02	02	02
	Promover, no mínimo, 01 capacitação anual para trabalhadores da rede socioassistencial sobre envelhecimento, direitos da pessoa idosa e especificidades das mulheres idosas; Incorporar o monitoramento das condições de vida e demandas da população idosa nas ações de planejamento e gestão da Política Municipal de Assistência Social.	Número de capacitações realizadas.	01	01	01	01
Responsável: Secretaria Municipal de Assistência Social						
Fortalecer a capacidade técnico-administrativa da gestão municipal da Assistência Social, visando qualificar os processos de planejamento, monitoramento, execução financeira e acompanhamento dos serviços socioassistenciais.	Contratar ou disponibilizar, no mínimo, 01 profissional de apoio administrativo para atuar junto à gestão da Assistência Social.	Profissional de apoio administrativo disponibilizado à gestão	Planejamento	Implantação	Manutenção	Manutenção
Diagnóstico						
Responsável: Secretaria Municipal de Assistência Social						

Objetivo: Desenvolver ações preventivas que contribuam para a redução das vulnerabilidades sociais e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários

Ação	Meta	Indicador	Prazo para Cumprimento			
			2026	2027	2028	2029
Realizar campanhas de prevenção e enfrentamento à violação de direitos e às diversas formas de violência. Repactuação plano 2021-2025	Realizar, no mínimo, 02 campanhas anuais de conscientização e mobilização social relacionadas à prevenção e ao enfrentamento das violações de direitos e das diversas formas de violência.	- Número de campanhas realizadas. - Quantidade de materiais informativos produzidos/distribuídos. - Número de instituições parceiras envolvidas.	2	2	2	2
Responsável: Secretaria Municipal de Assistência Social						

Objetivo: Fortalecer o controle social e a participação dos usuários

Ação	Meta	Indicador	Prazo para Cumprimento			
			2026	2027	2028	2029
Ampliar a divulgação das ações, deliberações e atividades do Conselho Municipal de Assistência Social. Deliberação conferência 2025	Divulgar 100% das deliberações, resoluções e atividades do CMAS nos meios oficiais de comunicação do município.	Percentual de deliberações, resoluções e atividades do CMAS divulgadas	100%	100%	100%	100%
Responsável: Conselho Municipal de Assistência Social						
Fortalecer a divulgação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais ofertados à população. Deliberação conferência 2025	Realizar ações contínuas de divulgação dos serviços socioassistenciais durante a vigência do plano.	Número de ações ou campanhas de divulgação realizadas por ano.	02	02	02	02
Responsável: Conselho Municipal de Assistência Social						
Promover estratégias de participação e controle social por meio da realização de reuniões descentralizadas. Deliberação conferência 2025	Realizar, no mínimo, 01 reunião descentralizada por ano para fortalecimento da participação social.	Número de reuniões descentralizadas realizadas.	01	01	01	01
Responsável: Conselho Municipal de Assistência Social						



MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO 7.

O monitoramento e a avaliação do Plano Municipal de Assistência Social constituem processos contínuos e sistemáticos, fundamentais para acompanhar a execução das ações previstas, verificar o alcance das metas estabelecidas e subsidiar a tomada de decisão no âmbito da gestão da política de assistência social.

O monitoramento será realizado de forma periódica, por meio do acompanhamento dos indicadores definidos no Plano de Ação, considerando a análise dos dados provenientes de sistemas oficiais, como o Registro Mensal de Atendimentos (RMA), o Cadastro Único e demais registros administrativos da Secretaria Municipal de Assistência Social. Esse processo permitirá identificar avanços, dificuldades e a necessidade de readequação das estratégias adotadas.

A avaliação do Plano será realizada de forma contínua e também em momentos específicos, com destaque para avaliações anuais, que possibilitem analisar o grau de cumprimento das metas, a efetividade das ações desenvolvidas e os impactos das intervenções no território. Sempre que necessário, poderão ser realizadas revisões no plano, com vistas à adequação às mudanças no contexto social e institucional do município.

O processo de monitoramento e avaliação contará com a participação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução da política, garantindo a transparência e o controle social das ações desenvolvidas.

Instrumento	Periodicidade	Responsável
RMA	Mensal	CRAS / Gestão
Cadastro Único	Contínuo	Gestão
Relatórios internos	Trimestral	Gestão
Avaliação do Plano	Anual	Gestão / CMAS

Os instrumentos apresentados na tabela constituem a base para o monitoramento sistemático da execução do Plano Municipal de Assistência Social, permitindo o acompanhamento contínuo das ações, a análise dos resultados alcançados e a identificação de eventuais necessidades de readequação.

A utilização periódica desses mecanismos, aliada à atuação da gestão e do Conselho Municipal de Assistência Social, contribui para o fortalecimento do planejamento, da transparência e da efetividade das ações socioassistenciais no município.

OFICINA PARTICIPATIVA - FOTOS



REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS). Brasília, DF: Presidência da República, 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Brasília, DF: MDS, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS**. Brasília, DF: MDS, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**. Brasília, DF: MDS, 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Programa Bolsa Família**. Brasília, DF: MDS, 2026.

BRASIL. Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). **Benefício de Prestação Continuada (BPC)**. Brasília, DF: INSS, 2026.

FORMOSA DO OESTE (PR). **Lei nº 813, de 2016**. Dispõe sobre o Conselho Municipal de Assistência Social e o Fundo Municipal de Assistência Social.

FORMOSA DO OESTE (PR). **Lei Complementar nº 41, de 29 de junho de 2018**. Dispõe sobre a criação da Secretaria Municipal de Assistência Social.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022: resultados preliminares**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados: Formosa do Oeste – PR**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 abr. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produto Interno Bruto dos Municípios 2023**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Atlas do Censo Demográfico 2010: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Base de dados do Estado do Paraná**. Curitiba: IPARDES, 2025. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br>. Acesso em: 20 abr. 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed.** São Paulo: Hucitec, 2014.